

# Apresentação do Dossiê: “ATIVISMO NEGRO E JUSTIÇA RACIAL: produções teóricas e de pesquisa no campo da etnicidade, interseccionalidade e diversidade sexual”

**Raquel Souza<sup>1</sup>** 

Universidade Federal da Bahia

**Ana Claudia Lemos Pacheco<sup>2</sup>**

Universidade do Estado da Bahia

**Núbia Regina Moreira<sup>3</sup>** 

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**Tânia Rocha de Andrade Cunha<sup>4</sup>** 

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**Dossiê | Dossier | Dossier**

**DOI do artigo: 10.22481/odeere.v6i01.8967**

**Submetido em: 30 de jun. de 2021 | Aceito em: 30 de jun. de 2021**

O dossiê “**Ativismo negro e Justiça Racial**” apresenta um conjunto de reflexões sobre racismo no Brasil, branquitude, voto negro, liberdade, religiões de matriz africana, entre outros temas importantes para a população negra. Falar,

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1993), graduação em Licenciatura em Ciências Sociais pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (1997), especialização, mestrado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (2000) e doutorado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (2004). Professora-Orientadora no Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade do ODEERE/UESB - Jequié-BA. Professora Orientadora no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do IMS/CAT-UFBA CAMPUS VITORIA DA CONQUISTA-BAHIA. Professora Orientadora no Mestrado Profissionalizante em Saúde da População Negra (UFRB). E-mail: [raquelsouzas87@gmail.com](mailto:raquelsouzas87@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora Titular de Sociologia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB, Campus- I, Salvador) e Professora Permanente do Mestrado acadêmico de Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus Jequié, Bahia. Líder do Grupo de Pesquisa CANDACES: gênero, raça, cultura & sociedade da UNEB, certificado pelo CNPq. E-mail: [ana\\_pachecau@hotmail.com](mailto:ana_pachecau@hotmail.com)

<sup>3</sup> Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1995) e mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (2007) e Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (2013). Realizou Estágio Pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPED-UERJ), como bolsista PNPd-CAPES. Professora Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - (UESB) e docente permanente do Mestrado em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Líder do Grupo de Pesquisa Oju Obinrin Observatório de Mulheres Negras (UESB), pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Práticas Curriculares e Educativas (GEPPCE- UESB). Membro da Associação Brasileira de Currículo (ABdC), da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). E-mail: [nubia.moreira@uesb.edu.br](mailto:nubia.moreira@uesb.edu.br)

<sup>4</sup> Possui graduação em Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1980), Mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1999) e Doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2004). Atualmente é Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Linguagem e Sociedade, PPGMLS da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia, atuando principalmente com os seguintes temas: violência, mulher, gênero, relações afetivas e conjugalidade. E-mail: [tania.rochandrade@gmail.com](mailto:tania.rochandrade@gmail.com)

escrever e criar propostas de superação é parte da luta cotidiana do povo negro e da luta antirracista.

O dossiê chega em um momento dramático da nossa história, de muito cansaço e desgaste dos diferentes segmentos sociais e políticos, que compõem a luta contra o racismo e por Justiça. A pandemia do coronavírus deflagrou conflitos e disputas em diferentes setores da sociedade brasileira. As desigualdades raciais foram jogadas para debaixo do tapete por meio de medidas governamentais, visando escamotear o racismo, estruturador das desigualdades em nossa sociedade. Tudo isso fez com que os setores organizados entrassem em campo com força para fazer frente aos retrocessos sociais e conquistas políticas, obtidas até então.

A morte violenta de Marielle Franco e Anderson Gomes causou um grande trauma e revelou que determinados grupos, instalados no poder, não estão dispostos a dialogar para solucionar conflitos, decorrentes da violência, do racismo, do sexismo e da homofobia. Até o presente momento não se sabe quem encomendou o assassinato da vereadora, Marielle Franco, mulher negra, ativista, nascida na favela da Maré no Rio de Janeiro.

Há muita dor e sofrimento, muitas vidas foram perdidas por causa do COVID19. Vidas que poderiam ser protegidas se o Sistema Único de Saúde (SUS) obtivesse maiores investimentos e houvesse a implementação das políticas de saúde, principalmente da política nacional de atenção integral à saúde da população negra (PNAISP). Esse segmento populacional, dizem os especialistas, é SUS dependente. Isso significa que se o sistema público de saúde é afetado por medidas e decisões equivocadas, grande parcela da população negra pode ficar desassistida, sem qualquer tipo de proteção à saúde. A crise sanitária no país é, hoje, decorrente da grave crise política. Expressa também a significativa importância do Estado na manutenção das condições de vida da população e atinge diferentes segmentos sociais de maneira bastante desigual.

A sociedade de classes no Brasil foi criada com uma significativa reserva de mão de obra negra sem qualquer direito trabalhista, sem nenhuma reparação contra os males da escravidão. O negro lutou contra o escravismo e desde então está por conta própria, sem respaldo ou qualquer tipo de reparação.

O presente número da Revista ODEERE, dedicado ao ativismo negro, chega em um momento em que todas as energias estão voltadas para o enfrentamento da pandemia do COVID19. As medidas governamentais são claramente negacionistas, anticientíficas, retrógradas e equivocadas. Frutos de uma longa história de autoritarismo no Brasil. Os setores políticos, apoiados por grupos que cultivam a meritocracia e o patrimonialismo, não percebem que estão trabalhando contra a recuperação de uma nação, erguida sobre traumas seculares, herdados da escravização negra.

O necrobiopoder se desenvolveu aqui em *terras Brasília*, ancorado no necroliberalismo, que amplificou as desigualdades. Atua nas redes institucionais como se meio milhão de pessoas mortas pelo COVID19 nada significasse. Agindo assim produz uma situação imprevisível, alimenta diuturnamente a possibilidade de surgimento de novas variantes do COVID19, que podem agravar ainda mais a situação do país. Mesmo diante do fato de haver vacina para obtenção de proteção contra o coronavírus, agem com irresponsabilidade pública.

No presente número da **Revista Odeere** é possível encontrar reflexões sobre a importância das religiões de matrizes africanas, a partir de heranças intelectuais ocidentais, que revelam como é fecundo pensar a Ética e a alteridade associada a um necessário trânsito entre tradições intelectuais distintas, na busca por novas formas de pensar a diferença, mais coerentes com a nossa realidade social. Um dos artigos do dossiê apresenta estudo sobre a constituição de representações políticas capazes de construir ambientes institucionais antirracistas. O investimento neste tema visa aprofundar o debate sobre o voto negro, a autonomia e capacidade de autodeterminação do povo negro. Parte das mudanças nesse setor vêm da intensificação das lutas do movimento de mulheres negras. Marielle Franco, vereadora da capital do Rio de Janeiro, era uma grande liderança dos grupos de mulheres negras da capital carioca, que veem no ativismo político a possibilidade de transformação da sociedade brasileira. É voz corrente: "quando a mulher negra se movimenta, move estruturas!"

Do ativismo político nasce o debate sobre a importância do enfrentamento do racismo, também nascem interlocutores capazes de construir ações transformadoras.

A branquitude é objeto de análise de outro artigo do dossiê, no qual é possível avaliar o racismo como fonte de produção de subjetividades negras.

O desejo e a possibilidade de liberdade adquirem força a partir da experimentação de espaços e oportunidades de vivência da liberdade. A inserção econômica no mercado de trabalho em posições sociais de destaque, é uma destas possibilidades. Mas ainda assim não nos torna imunes ao racismo.

A subjetividade de pessoas negras e brancas são afetadas distintamente por relações e interações sociais estruturadas no racismo. O desejo de transformação social do cotidiano marcado por injustiças e desigualdades, em parte, repousa na vívida ancestralidade negra, em outra, em nossa herança cultural, memória e história.

É através de reportagens e relatos de mídia impressa que a memória da escravização moderna é retomada em um dos artigos. Por meio da história de Madalena, submetida ao trabalho escravo desde os oito anos de idade e libertada aos 48 em Minas Gerais, e Mirtes, mãe de João Miguel, foi possível reconstituir uma análise interseccional, em dois casos típicos de entrecruzamento de desigualdades.

A reconstituição da história de vida e memórias de Madalena e Mirtes são singulares, porque chegaram a um desfecho jurídico e visibilidade pública, mas não alcançaram a justiça devida. Em ambos os casos o tempo de vida e potencial criativo perdidos, em razão do racismo e de uma cruel e injusta desigualdade, nunca mais serão recuperados.

Cada vez que pessoas negras, como o menino João Miguel, são vitimados na intimidade dos lares, nas instituições sociais, nas ruas e vitrines, reais ou virtuais, o racismo estrutural aparece como elemento definidor dos desfechos, por vezes mortais. Mas cada vez que um incidente de racismo é denunciado cumprem-se promessas de liberdade.

Os artigos que compõem o **dossiê “Ativismo negro e Justiça Racial”** correm pelo veio dos estudos sobre a diferença, gênero, racismo, antirracismo, teorias do embranquecimento, teorias da mestiçagem, teoria da interseccionalidade e filosofia. Os diferentes autores que subsidiam as análises podem ser considerados parte do legado intelectual comum.

O ativismo intelectual do negro não é uma marca somente dos nossos tempos. É também grande parte da história do negro no Brasil, constantemente apagada.

O epistemicídio condena o negro a um *looping* constante, até esgotar todas as forças e recursos, como se nada houvesse até então.

O apagamento das memórias e histórias do povo negro é um dispositivo de controle. Reinventam novas versões para a "solução final" dos males da escravização colonial, que renasce como parte do arsenal ideológico sob o mito da democracia racial no Brasil.

É certo que o debate é amplo e que há, hoje, inúmeras contribuições e intensa interação intelectual, que chega com uma vasta herança intelectual. Há sem dúvida vertentes contemporâneas de luta por Justiça Racial marcantes, ligadas à teoria crítica racial, na qual pode-se constatar um candente debate jurídico-político.

A amefricanidade de Lélia Gonzáles ensina a olhar para a subjetividade negra, particularmente da mulher negra. Os escritos teóricos de feministas negras como Edna Roland, Relatora Mundial da Conferência de Durban (2001), Sueli Carneiro, Jurema Werneck, Kimberlè Crenshaw, Luiza Barros, Lélia Gonzáles, Ângela Davis, Patrícia Hills Collins, entre outras, auxiliam na reflexão sobre os embates importantes no mundo contemporâneo. A Teoria da Interseccionalidade, elaborada a partir do ativismo das mulheres negras, refunda ideias e pactos de lutas antirracismo.

A psique do negro revela-se como a uma reserva civilizatória. É através do inconsciente coletivo negro, e não só da experiência de discriminação e do racismo, que se descobre parte da história comum, uma força sutil, fonte de prazeres fecundos.

Os testemunhos, documentos, memórias e histórias não se apagam e fazem despertar o pesadelo de aniquilamento. A pessoa negra pode ser levada a rejeitar a si mesma em razão de embustes criados por um falso desejo. Enfrentar o processo de embranquecimento e a alienação é parte da pedagogia de luta antirracista.

A memória compartilhada nutre esperanças de lutas e chega como mensagens lançadas ao mar. Somos força vital. A luta antirracista é milenar, assim

como a civilização e a diáspora africana.

O aniquilamento da mente, corpo e da força espiritual que nele habita, por vezes vem lenta, sutil e gradativamente sobre o corpo negro. Objetificar, exotificar, tirar a expressão, faz do negro um curioso espetáculo com valor de mercado. Uma referência importante para pensar a teoria da mestiçagem e do embranquecimento no Brasil é a densa análise de Kabenguele Munanga.

A luta por Justiça Racial se faz para além dos debates e querelas políticas. Trata-se de restituir ao povo negro a humanidade vilipendiada.

Para além dos rastros deixados entre o Atlântico e o Pacífico por embarcações e navios negreiros, há a história das civilizações africanas que precisam ser aprendidas por nós, a partir de novas referências e novos olhares

A ancestralidade negra abre janelas e faz transbordar a criatividade do povo negro, que ousa obter a restituição do seu legado e afirmar-se positivamente. E que não nos falem desejos para gerar processos de transformação social. É dos sonhos que emergem projetos, artes, espiritualidade, conhecimento e quem sabe, um afro futuro!

Viva Zumbi, Dandara e Palmares!

Boa leitura!



This work is licensed under a Licence [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

